

Discursos e práticas feministas na Paraíba no início do Século XX: entre o adequado e o aceitável

Feminist discourses and practices in Paraíba at the beginning of the 20th century: between what is appropriate and what is acceptable

Simone da Silva Costa¹

Resumo:

O texto que segue, tem como finalidade, analisar as expressões feministas na Paraíba no início do século XX, no sentido de compreender os discursos que orientavam suas práticas, diante das estratégias ameaçadoras usadas pela Igreja Católica. Analisar o contexto histórico que marcou a fundação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, seus propósitos feministas, a partir da rede de sociabilidade entre as feministas paraibanas que dirigiam a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino e a principal líder feminista brasileira, Bertha Lutz. Teoricamente, seguimos pela perspectiva da História das Mulheres e Relações de Gênero, Soihet (1997, 2006, 2013), dialogando com a História Cultural, Chartier (1990 e 1995). Analisamos discursos presentes no jornal *A Imprensa*, jornal *A União*, e as correspondências da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino.

Palavras-Chave: Feminismo; Contra Discurso; Práticas Feministas; Igreja Católica.

Abstract:

The text that follows aims to analyze feminist expressions in Paraíba at the beginning of the 20th century, in order to understand the discourses that guided feminist practices at the time, in view of the strategies used by the Church. As well as analyzing the founding of the Paraibana Association for Women's Progress, her feminist purposes, from the sociability network among feminists from Paraíba who ran the Paraibana Association for Women's Progress and the main Brazilian feminist leader, Bertha Lutz. Theoretically, we follow the perspective of the History of Women and Gender Relations, Soihet (1997, 2006, 2013), dialoguing with Cultural History, Chartier (1990 and 1995). We analyzed speeches in the newspaper *A Imprensa*, newspaper *A União*, and correspondence from the Paraibana Association for Women's Progress.

Keywords: Feminism; Against Speech; Feminist Practices; Catholic Church.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2015), Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (2007) e Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (2001). É professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



A década de 1920 foi de grande efervescência para o movimento feminista sufragista no Brasil. A luta pela conquista do voto feminino, principal reivindicação do movimento, ganhou espaço na imprensa e novos adeptos que simpatizavam com a causa. Conquistas femininas no trabalho e na educação se tornaram manchetes nos jornais e nas revistas como as “vitórias do feminismo”.

A conquista do voto feminino em importantes países reforçava a luta pelo sufrágio feminino no Brasil e contribuía para formar novas organizações oficiais pelos direitos femininos. Dentre elas, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada em 1922 pela Dra. Bertha Lutz², que passou a ser a mais importante organização sufragista de liderança no país. Seu caráter moderado e “bem comportado”, somado à rede de influências estabelecida entre políticos e intelectuais influentes, formava o conjunto de fatores responsáveis por impulsionar a luta pelo sufrágio feminino, debatida publicamente em jornais e em revistas da época (HAHNER, 2003).

Assim, a luta pela conquista do voto feminino ganhou visibilidade nas principais cidades brasileiras que seguiam rumo ao progresso e à modernização, como a Paraíba, por exemplo, que, mesmo buscando manter inalterada sua estrutura social e a conservação dos “bons costumes”, já começava a sentir a presença de vozes que ecoavam em defesa dos direitos das mulheres durante toda a década de 1920.

Contudo, intelectuais, políticos e a Igreja lideraram as discussões sobre os avanços do movimento feminista e sua luta em defesa do voto feminino, posicionando publicamente a favor da causa feminista ou contra ela, em jornais e revistas, com o propósito de imprimir seu discurso e convencer a sociedade paraibana de suas convicções antifeministas. Essa foi uma realidade que as feministas paraibanas precisaram administrar para seguir em busca dos direitos para as mulheres.

Como o direito de expressar opiniões, interesses e convicções, era quase que exclusivamente dos homens, apenas uma minoria feminina se aventurava nesse terreno de dominação masculina. Faziam parte dessa minoria a Professora Analice Caldas, a Dra. Albertina Correia Lima, a Professora Olivina Olívia, a Dra. Catharina Moura, a Dra. Lylia Guedes e mais uma meia dúzia de mulheres que formavam uma elite intelectual feminina paraibana e se fizeram presentes na imprensa através de seus textos sobre poesia, educação, história e de forma cautelosa, sobre a condição feminina da época e o que elas defendiam para as mulheres.

² Defensora dos direitos das mulheres no país, Bertha Lutz, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) em 1922 no Rio de Janeiro, com o objetivo de reivindicar a conquista pelo sufrágio feminino. A FBPF incentivou a criação de associações feministas filiadas à FBPF, na Paraíba a filial foi fundada em 1933 e recebeu o nome de Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. (Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, 2000).



Inseridas no conjunto de valores morais conservadores e cristãos que definiam a sociedade paraibana da época, a referida elite intelectual feminina apresentava seus discursos sobre as mulheres, porém, sem abandonar o caráter conservador e moderado definido pela sociedade, principalmente pelo discurso doutrinador e disciplinador da Igreja Católica. O que contribuía para que muitas delas não se sentissem à vontade para falar sobre o feminismo.

O artigo “A Vida Mundana”, escrito pelo Padre Tabosa e publicado no jornal *A Imprensa* em 22 de dezembro de 1920, reforçava a construção do discurso de condenação do feminismo, ao passo que elevava à condição feminina de mãe e de esposa, ressaltando que é no lar o “verdadeiro” lugar da mulher. Para o padre, “a vida mundana”, condenada em seu artigo era representada pela modernidade e suas promessas de emancipação feminina, defendidas pelo movimento feminista da época. Nesse sentido, orientava as mulheres sobre as “falsas” ideias do feminismo, afirmando: “Mulheres do século XX! Não vos deixeis iludir com os triunfos apparentes do feminismo! Deveis vos convencer que nunca levantareis o vosso trono fora do lar”. Informava ainda que, “só no lar doméstico, nos hospitais e cátedra de mestra podereis reinar cercada do respeito, do carinho e da veneração de todos”. (TABOSA. Jornal *A Imprensa*, 22 dez 1920, p. 1).

Ao feminismo e as ideias de emancipação feminina defendidas nas primeiras décadas do século XX, foram dirigidos discursos com conteúdos pejorativos e preconceituosos. A emancipação feminina foi atribuída à responsabilidade de promover a subversão da estrutura familiar cristã e a luta pela independência social, econômica e política da mulher, sobretudo, por incentivar a atividade feminina fora do lar à custa de uma ação familiar decrescente. Na mesma perspectiva, esses discursos responsabilizavam o ingresso das mulheres nas universidades e interesses por aptidões que fugiam da “natureza” feminina.

Seguindo com o propósito de desconstruir os avanços do feminismo, a igreja prossegue com seu discurso preconceituoso:

Mulheres do século XX! Os vossos triunfos são todos aparentes e as vossas derrotas são realíssimas. As invasões criminosas nos lares se multiplicam, os desrespeitos às mulheres de todas as classes não se contam; não há depósitos que tenham capacidade para comportar as lágrimas dos desgostos... A família, coisa tristíssima está em triste e vergonhosa debandada. A mulher deve entrar no mundo mas, não permitir que o mundo entre na sua alma. Mulheres do século XX! O lar é o vosso invencível reinado! Mulheres do século XX! A religião catholica é a vossa força, é a vossa grandeza, é a vossa liberdade, a vossa salvação. (TABOSA. Jornal *A Imprensa*, 22 dez 1920, p. 1).

Discursos como o do padre Tabosa e de outros representantes da Igreja e da sociedade paraibana contribuíram para o processo de disciplinarização da maioria das mulheres da época



analisada, contudo, na contramão desse processo, algumas mulheres seguiram divulgando, em jornais e períodos, as suas ideias em relação aos direitos femininos. Dentre essas mulheres, citamos Analice Caldas, Albertina Correia Lima e Lylia Guedes, que deixaram suas marcas na imprensa através de seus textos e poesias.

Analice Caldas: por um feminismo “ponderado e racional”.

Nascida na cidade do brejo paraibano de Alagoa Nova, em 1891, e filha de uma tradicional família paraibana, Analice Caldas, foi para a capital paraibana completar seus estudos na Escola Normal³, onde se formou professora e dedicou-se ao Magistério. De uma formação intelectual privilegiada e bem relacionada na sociedade paraibana da época, publicou artigos em diversos jornais e revistas sobre educação, comportamento e sobre os direitos das mulheres. Como era solteira, jovem, instruída, de família abastada e com influência na sociedade, Analice Caldas pôde se dedicar mais à causa e dar esclarecimentos sobre a condição feminina e a necessidade de direitos a serem conquistados.

A partir de 1912, passou a lecionar Português na Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba; ensinou também taquigrafia na Academia Epitácio Pessoa e tornou-se taquígrafa da Assembleia Legislativa. Teve uma participação ativa na campanha dos “Mil Réis Liberal” (para angariar fundos para a compra de armas para a luta de Princesa contra o governo de Washington Luís); foi militante ao lado de João Pessoa e uma das fundadoras da Associação pelo Progresso Feminino na PB – 1936; membro da Associação Paraibana de Imprensa; membro do IHGP. Faleceu aos 54 anos, vítima de um desastre de avião. (SANTOS, 1991).

Analice Caldas defendia que a mulher precisava se tornar mais instruída, exercer uma profissão fora do lar e adaptar-se aos novos tempos. Acreditava na capacidade intelectual feminina e sua habilidade para o trabalho em diversas áreas. Em seus textos, não usava a expressão ‘emancipação feminina’, mas entendia que a mulher tinha o direito de trabalhar fora de casa como uma mudança social que só traria benefícios. Segundo ela, o trabalho emancipava e libertava.

Encontramos registros de textos e de colunas assinados por Analice Caldas nos jornais *A União* e *O Educador*, e nas revistas *Era Nova* e *Ilustração*. Em todos esses veículos, ela deixava suas impressões sobre a condição feminina e sobre o movimento feminista, que tratava sem grande

³ A Escola Normal era o único lugar onde as moças poderiam prosseguir seus estudos e ingressar no mercado de trabalho, principalmente para aquelas das camadas médias da população, que tinham condições de investir na educação dos filhos.



temor. Analice Caldas entendia que as mulheres deveriam lutar, principalmente, por uma educação adequada e pelo direito a exercer uma profissão. Afirmava-se feminista, porém não ao nível do feminismo inglês, mas a um feminismo “mais ponderado e racional”. Era uma admiradora e defensora das ideias de emancipação feminina, e segundo Analice Caldas, a partir desse movimento, “as mulheres discutem o feminismo, são governadoras, são deputadas, ministras, vão ao despeito de tudo arranjando o mais ruidoso sucesso!” (CALDAS. *Jornal O Educador*, 16 jun. 1922. p. 1).

Nesse sentido, analisa a expansão do feminismo no Brasil e suas influências na Paraíba com bastante otimismo, por possibilitar mudanças na condição feminina na sociedade da época. Sobre o assunto, afirma que:

Está afinal o nosso Brasil feminino, consciente de que a vida não é apenas um limite de vaidade fútil e preconceitos insensatos. Todo o país e até a nossa miniaresca Parahyba já se remexe num movimento promissor de reivindicação! O feminismo é uma necessidade social, não esse movimento ridículo de mulheres desiludidas que de estandarte e luneta pregam em comícios, pela imprensa, fantasias irrisórias de seus cérebros superexcitados. Mas, essa corrente de reconstrução moral que é a noção exata, a compreensão pela prática, da responsabilidade do futuro. (CALDAS. *Jornal O Educador*, 26 mai. 1922).

Segundo Analice, a pequena Paraíba “já se remexia” com o feminismo. Mas, não era qualquer feminismo que ela apoiava, e sim o feminismo que defendia o direito à educação e o trabalho feminino. E, ao condenar o que chamou de feminismo “exaltado”, compreendia o feminismo como um movimento que buscava conquistar direitos para as mulheres sem alterar a estrutura social, como “uma corrente de reconstrução moral”, e não, de desequilíbrio.

Defendia o direito de a mulher poder se preparar para, no futuro, exercer uma profissão que lhe garantisse seu sustento e de sua família, caso fosse necessário. Sob seu ponto de vista, o direito de ter uma profissão e de poder “ganhar o pão de cada dia” não poderia ser uma exclusividade do sexo masculino, como podemos perceber na citação abaixo:

É desvanecida que registro sem cair no desagrado de todos que já temos contrerâneas nossas, num instituto de ciências, em repartições públicas, no comércio, etc. lucrando sua inteligência, seu valor físico no trabalho que é a principal fonte da vida, a melhor higiene da alma, a bem da pátria e da família. Quantos pais inválidos estão confiados a responsabilidade de uma filha? Deve ser o direito de todos, preocupar-se com o pão de cada dia, e não um triste privilégio do homem, como tem sido até aqui. (CALDAS. *Jornal O Educador*, 26 mai. 1922).



O direito ao trabalho e a uma educação adequada foi defendido e divulgado por Analice Caldas como um bem para a pátria e para a família, uma necessidade que não se podia negar ao sexo feminino. Nesse sentido, seu posicionamento aproxima-se com o discurso da Igreja e de grupos conservadores da sociedade, por entenderem o trabalho feminino como uma necessidade para atender à família em momentos difíceis, e não, como um desejo “egoísta” de emancipação.

Segundo Azzi (2008), a profissionalização da mulher, admitida e promovida pela Igreja, regulava-se por três critérios fundamentais: em primeiro lugar, as profissões deveriam ser condizentes com a condição feminina católica, caracterizada pelo espírito de sacrifício e doação. Segundo, o trabalho feminino deveria ter, sobretudo, uma dimensão missionária de conquista e de fortalecimento da fé. E, por último, a mulher jamais poderia competir com o domínio masculino, e o trabalho feminino deveria ser compreendido como sendo a presença católica no âmbito profissional.

Seguindo essa perspectiva e ao compreender o feminismo como uma necessidade social e o trabalho como uma necessidade financeira, Analice Caldas imprimiu em seu discurso um caráter conservador. No entanto, não podemos deixar de compreender que sua compreensão da época e o que ela permitia, colaborou para que Analice Calda assumisse uma postura feminista, porém sem romper com os padrões morais da época. Como afirmou Febvre (1956), “o indivíduo é apenas o que sua época e seu meio permitem”, e na sua compreensão, a sua época e o seu meio não permitiam além de um feminismo moderado e “bem comportado”. Porém, apesar das limitações do meio e de suas convicções, não podemos deixar de ressaltar que ela foi uma voz feminina presente na imprensa paraibana em defesa do feminismo. (FEBVRE, 1956, p. 46).

Albertina Correia Lima e Lylia Guedes: por um feminismo estratégico

Albertina Correia Lima e Lylia Guedes também construíram sua história no mesmo contexto social, político e cultural de Analice Caldas. Mulheres que tiveram a coragem de enfrentar os obstáculos oferecidos ao seu sexo na busca de uma educação superior e de uma profissão. Ambas, formadas em Direito pela Faculdade de Recife (PE).

Albertina Correia Lima foi definida por pesquisadores como sufragista, advogada e jornalista. Percorreu quase o mesmo caminho daquelas que pertenciam à alta sociedade paraibana e que via na educação a possibilidade de avançar rumo a uma carreira profissional e à emancipação. Nasceu em 25 de dezembro de 1889, na capital paraibana, formou-se professora pela Escola Normal da Paraíba e, posteriormente, foi diplomada bacharel em Direito pela



Faculdade de Direito de Recife. Como advogada, lutou pelos direitos das mulheres, entre eles, ao voto.

A carreira de jornalista foi a atividade de maior destaque na vida de Albertina. Ainda em 1912, foi colaboradora de diversos jornais, na Paraíba, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, como o *Correio da Manhã* e *O Jornal*. Dentre suas principais obras publicadas, estão: *Georgina, estrutura da Terra* (1922), *Mulher e seus direitos em face da nossa legislação* (1933), e *Através da vida* (1933), conferência sobre a escritora Júlia Lopes de Almeida.

Conseguiu, através da imprensa, apresentar suas impressões sobre o papel das mulheres na época e defender o direito ao trabalho, à educação e à participação política. Assim como Analice Caldas, Lylia Guedes, Catharina Moura e Olivina Olívia, Albertina Correia Lima contribuiu para fundação, em 1933, da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, filiada da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz, cujo principal objetivo era de elevar a condição feminina na Paraíba.

Lylia Guedes nasceu em 1900, na cidade de Nova Cruz (RN), e veio morar, ainda bebê, com sua família na capital paraibana. Formou-se em Direito pela Faculdade de Recife e se destacou profissionalmente como poetisa, professora, advogada e defensora das causas femininas.

Entrou para a Faculdade de Direito em 1918, como a única representante feminina de sua turma. Isso causou, ao mesmo tempo, admiração e restrição, pois sua iniciativa de se formar em Direito era algo pouco comum para uma época em que o destino reservado às mulheres era apenas o de ser mãe e esposa. Foi a primeira mulher a fazer parte do Instituto dos Advogados do Brasil, hoje OAB. Primeiro, trabalhou na instituição como secretária e, depois, atuou como advogada no Tribunal Popular do Júri na capital paraibana.

Ainda como estudante de Direito, Lylia Guedes ministrou aulas na Escola Normal na Paraíba como auxiliar nas cadeiras de Português, Geografia e História da Civilização. Lecionou também Geografia no Lyceu Paraibano, onde também foi aluna, algo de grande prestígio para a época, já que somente os alunos do sexo masculinos eram selecionados, por meio de um exame, estavam aptos a fazer parte do corpo discente dessa instituição.

Enquanto colaboradora de jornais e de revistas, escreveu textos sobre a condição feminina da época. Através de seus registros produzidos durante a década de 1920, foi possível identificar seu interesse pelo movimento feminista e pela luta em defesa dos direitos das mulheres. Apesar de não se definir como feminista, ela se referia ao movimento feminista sufragista de forma objetiva e estratégica, defendia que é possível conciliar as atividades



domésticas com as atividades fora do lar e que essa questão merecia fortalecer seus argumentos para ser aceita. Segundo Lylia Guedes,

É na atualidade, em que a questão do feminismo é encarada por diversos prismas, ainda se torna mais importante para os seus adeptos salientar pelos argumentos indestrutível dos fatos que a mulher verdadeiramente superior, age sempre, quer no lar, quer fora d'elle, pela brandura, pela calma, pelo amor. (GUEDES. *Jornal A União*, 25 ago. 1922).

A diversidade de opiniões sobre o feminismo, na época, ou os “diversos prismas” por onde o feminismo foi analisado, principalmente pelo lado negativo, comumente divulgado na imprensa, sinalizava as estratégias que o feminismo deveria utilizar para avançar e alcançar seus fins. Para Lylia Guedes, o movimento precisaria estabelecer argumentos que possibilitassem a compreensão de que era possível conciliar a luta por direitos das mulheres e o comportamento conservador da época.

Um feminismo que, na mesma medida que proclamasse em defesa dos direitos das mulheres, também se colocasse a favor da permanência da mulher no lar, assumindo o seu papel de mãe e de esposa, e que participasse ativamente da sociedade sem negligenciar as atividades domésticas, pois, um feminismo formado por argumentos que garantissem mais participação da mulher na sociedade sem retirá-la do lar seria mais aceito pela sociedade e pela Igreja, que já havia se posicionado em favor de um feminismo moderado e adequado aos padrões morais cristãos em que a mulher continuaria assumindo sua missão de mãe e de esposa.

A Igreja passou a enxergar o voto feminino como algo positivo para a hierarquia e para o que ela defendia, pois, orientado de acordo com os valores cristãos, só traria benefícios. Tal situação de cooptação do voto feminino por parte da Igreja foi assimilada pelo movimento sufragista no Brasil, como algo favorável a conquista dos direitos políticos para as mulheres, conduzindo a causa de forma moderada, conservadora e “bem comportada”.

Na Paraíba, essa era uma questão com poucos simpatizantes, principalmente da elite política, pois o direito de votar e de ser votada ia além de uma simples escolha, mexia, sobretudo, com as relações de poder estabelecidas durante séculos. Além de outros fatores, o temor à participação política das mulheres se explica por compreenderem que o voto feminino estaria comprometido, principalmente, com a Igreja Católica, já que a maioria das mulheres formava o seu corpo de fiéis. “Temiam que, manipuladas pela Igreja de democracia cristã, elas desviassem o voto para a direita” (PERROT, 2007, p. 152).

Outros fatores também foram responsáveis pelo conjunto de argumentos contrários ao direito das mulheres de votar. Temia-se também que a participação política as desviasse das



atividades domésticas, do zelo pela família e pela maternidade. Nesse sentido, a questão que envolvia a conquista do direito político das mulheres não era somente o preconceito quanto a sua capacidade mental, mas também, e, principalmente, o chamado “desajuste social” que isso poderia causar, porque temia que elas deixassem de ocupar o espaço privado do lar para assumir o espaço público da política.

O líder político paraibano, José Américo de Almeida, na ocasião da palestra de colação de grau para as concluintes da Escola Remington⁴ sobre a educação profissional da mulher, afirmava defender um feminismo que preparasse a mulher para o trabalho, e não, para participar da política. Sobre isso, afirmou:

Quem passa pelas repartições públicas e pelos escritórios comerciais da Parahyba vê, para logo, que essa preparação tem uma finalidade econômica. É a invasão feminista, a concorrência da mulher nas folhas do Tesouro e nos salários do comércio. É o feminismo ensaiando medrar também entre nós. Eu sou por esse sistema para facultar a mulher os direitos que ela deva exercitar na luta pela vida. Não sou pela igualdade política, mas pela melhoria das condições sociais e econômicas e, principalmente, pelo acesso a situações que libertem esse ser aparentemente frágil de dependências vexatórias. Sou feminista, a meu modo, como estendo essa doutrina, sem a inspiração das formulas propagadas. O verdadeiro feminismo é a mulher podendo viver sem o homem. Nem contra ele, nem como ele, mas sem ele se assim for preciso. (ALMEIDA. *Jornal A União*, 24 nov. 1927).

O feminismo defendido por José Américo de Almeida é, portanto, um feminismo que emancipa a mulher pelo trabalho, sem concorrer com o homem e desempenhando atividades adequadas ao seu sexo, como estavam fazendo as alunas da Escola Remington, e não, através da política, uma atividade essencialmente masculina. A política era compreendida como perigosa demais para as mulheres. Segundo Michelle Perrot (2007), “de todas as fronteiras, a da política foi, em todos os países, a mais difícil de transpor. Como a política é o centro da decisão e do poder era considerada o apanágio e o negócio dos homens” (2007, p.151).

Os discursos antifeministas ou por um feminismo controlado que atendessem aos interesses de grupos políticos e da Igreja Católica, somados às características da sociedade paraibana, nas primeiras décadas do Século XX, marcaram o caráter personalista do feminismo paraibano da época.

⁴ A Escola Remington oferecia cursos profissionalizantes para um público cuja maioria era formada por “senhorinhas” da alta sociedade paraibana. Moças que buscavam conhecimentos profissionalizantes para exercer uma profissão ou “apenas por simples primor de educação e utilidade doméstica”. O curso de datilografia era o mais requisitado pelas moças paraibanas, pois as habilitava para o trabalho em repartições públicas e escritórios. (*Jornal A União*, 24 nov. 1927).



Associação Paraibana pelo Progresso Feminino: Uma filial feminista com fins culturais.

A fundação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino - APPF, em março de 1933, foi apresentada como uma associação que visava, exclusivamente, promover a elevação cultural do meio feminino paraibano, e não, pleitear direitos para as mulheres. O convite para a fundação da referida Associação, e as demais orientações, partiram da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF. Considerando, que durante os anos de 1920 e 1930, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF, sob a liderança da Dra. Bertha Lutz, tornou-se a mais proeminente organização sufragista e feminista no Brasil, a pergunta que vem a mente é: Qual a finalidade de fundar uma filial feminista com fins, exclusivamente, culturais? Sim, a Federação Brasileira compreendia que era necessário elevar o nível cultural das mulheres, mas o momento era de ação política, de garantir na Constituição de 1934, os direitos políticos já conquistados com o Decreto de 1932 (voto feminino).

A fundação da filial feminista na Paraíba, o “único Estado nordestino que ainda não tem expressão feminista, mas que certamente uma vez organizado se tornará baluarte das nossas reivindicações”, representava o estabelecimento de alianças para as futuras conquistas do movimento feminista brasileiro organizado pela Federação Brasileira. (Y. Associação Parahybana pelo Progresso Feminino – sua instalação hoje - *Jornal A União* 11 mar. 1933 p. 8).

Segundo a direção da FBPF, era preciso instalar novas filiais, conquistar novas militantes influentes na sociedade, capazes de fazer pressão à classe política, no sentido de ver garantir as conquistas já alcançadas e outras que ainda poderiam ser conquistadas. Era precioso levar as ideias feministas às cidades mais distantes e recrutar um número cada vez maior de mulheres dispostas a se empenhar na luta pelos seus direitos.

A conquista do voto feminino em 1932 lançou para a FBPF o desafio de convencer as brasileiras a se registrarem como eleitoras e se tornarem instrumentos de poder para garantir, na futura Constituição, direitos políticos para as mulheres iguais aos dos homens. E, diante dessa imperiosa necessidade para a época, a FBPF formou, em 1º de janeiro de 1933, a Liga Eleitoral Independente, que tinha como objetivo promover a educação política das mulheres e lançar candidatas femininas para as próximas eleições. A referida Liga, portanto, teria também que enfrentar a efetiva participação da Igreja Católica nesse processo de alistamento eleitoral.

Analice Caldas, Albertina Correia Lima, Olivina Olívia, Lylia Guedes, Alice de A. Monteiro, Francisca Moura, Juanita Machado e outras paraibanas, nutriam grande admiração pelo empenho da Dra. Bertha Lutz na defesa dos direitos das mulheres e pela intensa atuação da FBPF no país. Tanto que, antes da fundação da Associação Paraibana, a futura presidente da filial paraibana, Dra. Lylia Guedes, já se apresentava como colaboradora da Federação Brasileira na



Paraíba, como informa a carta enviada à Bertha Lutz, sobre o alistamento eleitoral feminino, que seguia num ritmo intenso de recrutamento de eleitoras defensoras de um ideal católico. Diz a carta:

Distinta patrícia Dra. Bertha Lutz
Meus cordiais cumprimentos

Venho escrever-lhe novamente, por ter notado nos jornaes de hontem e de hoje uma modificação do que mandei dizer sobre o alistamento. Os primeiros editais até então publicavam a individuação completa do alistamento; agora vejo que dessa individuação foi omittida a idade. Por iniciativa de quem? Não sei. O certo é que a attenção foi despertada para o problema. E descobri um indício que me levou a uma suspeita. O partido catholico está trabalhando para alistar um grande número de mulheres – elemento com que conta para a sua victoria! Soube então que alguns padres prevendo a verdadeira causa da recusa lembraram as suas parochianas que declarassem apenas a maioridade se era esse o motivo que as detinham... Até aqui a lista publicada dos qualificados ex-ofício sobe apenas a 2.087. As qualificações requeridas estão englobadas nos pedidos de inscripção, feitos obrigatoriamente em ambos os casos e chegam somente a 192 no edital de hoje. Em uma população de perto de um milhão e meio de habitantes cifras tão baixas bem evidenciam o desinteresse pelo alistamento. Recebi um número do Boletim da UNIÃO UNIVERSITÁRIA DE MULHERES. Muito agradecida pela gentileza. Aguardando suas prezadas notícias, subscrevo-me atenciosamente, Lylia Guedes. (Carta de Lylia Guedes à Bertha Lutz em 22 de janeiro de 1933).

Para a FBPF, a efetiva participação da Igreja no processo eleitoral poderia representar um obstáculo aos interesses do movimento feminista, pois, apesar do caráter moderado do movimento liderado por Bertha Lutz, a vitória da Igreja na Constituição de 1934 poderia não implicar uma vitória feminista, já que a instituição católica era contrária à emancipação feminina e à condição das mulheres como agente político em busca de direitos, como pretendia a Federação Brasileira.

A atuação do “Partido Católico” ou Liga Eleitoral Católica (LEC), em meio feminino paraibano, mostrou-se eficaz por ser um estado com um elevado número de mulheres católicas, e com incisiva influência da religião católica no comportamento e nas escolhas dessas mulheres, ainda mais, se considerarmos que o uso consciente do voto feminino era praticamente inexistente, fazendo prevalecer a orientação católica.

É importante ressaltar que, a decisão de apoiar o voto feminino, por parte da Igreja Católica, explica-se porque, sendo a maioria de seus fiéis mulheres, as quais seriam aliadas na conquista de seus objetivos dentro no novo contexto político do país, buscava-se garantir na legislação brasileira, as reformas que possibilitassem a construção de uma sociedade cristã e aumento de poder e prestígio político da Igreja.



Nesse sentido, cabia à mulher o dever eleitoral católico, no qual elas eram orientadas a votar nos candidatos que garantissem e respeitassem os direitos de Deus e da Igreja. Seu dever político não se encerrava em ter uma consciência cristã na hora do voto, mas em ser uma multiplicadora dessa consciência através do trabalho desenvolvido pela Liga Eleitoral Católica (LEC), com a finalidade de ver seus objetivos atendidos na Constituição de 1934.

Contudo, as hostilidades ao feminismo e a qualquer organização de orientação feminista, por parte da Igreja, foram divulgadas, insistentemente, na imprensa. E, superar tais hostilidades, implicava estabelecer estratégias, no sentido de tornar a Associação aceitável, aos padrões de comportamento definido para a mulher paraibana. Como informam no texto abaixo:

As organizadoras da filial parahybana encontraram grandes obstáculos na adoção do amplo, complexo e elevado programa seguido, pela matriz, que agindo em um meio de grandes possibilidades e tendo a frente um grupo de senhoras escolhidas entre as mais altas mentalidades femininas do país, muito tem realizado na defesa dos direitos da mulher, constituindo-se assim a guarda avançada das reivindicações mais oportunas. Em nosso meio feminino não há grande entusiasmo pela defesa dos direitos políticos. Urgia, entretanto dar a novel Associação uma feição compatível com as aspirações da maioria local e que não encontrasse óbices ao seu desenvolvimento por conter um programa alheio ao ponto de vista geral. Não é que falte entre nós adeptas das grandes conquistas dos direitos da mulher em todos os campos e atividade da vida moderna: mas essas, em flagrante minoria, não desejaram entrar a ação da agremiação nascente, dando-lhe um caráter antipático àquelas que ainda se esquivam de pleitear qualquer direito, ou pelo menos apoiar a ação daquelas que o pleiteiam. Exposto o ponto de vista acima a presidente da F. B. P. F. depois de trocar algumas cartas sobre o assunto, aquela senhora acaba de apoiar o movimento iniciado lembrando que o seguinte programa foi unanimemente aceito: “A Associação Parahybana pelo Progresso Feminino” destina-se a coordenar rumar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível de cultura e tornar-lhe mais eficiente a atividade doméstica, social e intelectual”. (Y. Associação Paraibana pelo Progresso Feminino – sua instalação hoje - *Jornal A União* 11 mar. 1933 p. 8).

Desde o início do Século XX, a imprensa paraibana divulgava artigos antifeministas no sentido de construir uma imagem negativa do movimento feminista e daquelas que se empenhavam na luta pela conquista de seus direitos, visando coibir qualquer interesse em seguir a causa feminista. A ironia, o deboche, o grotesco, a zombaria e o ridículo foram armas usadas para intimidar as mulheres a lutarem por seus direitos. Intelectuais, políticos e religiosos eram enfáticos em seus discursos de condenação ao feminismo e sua ação na corrupção dos costumes e na desmoralização social. Mulheres educadas e independentes enfrentavam repetidas vezes escárnio e humilhações. Essas representações geraram uma verdadeira aversão ao feminismo (SOIHET, 2013).



O artigo, “Considerações sobre o feminismo”, escrito por Luís Batista para o jornal *A União*, em 1932, condenava o feminismo por “lançar suas improdutoras sementes” na sociedade. Segundo o articulista, “querem a ferro e a fogo que o feminismo prospere, querem a mulher eleitora, querem a mulher no parlamento, na judicatura, nas artes e nas ciências... Isso não dá certo. A verdadeira missão da mulher é o lar” (BATISTA. *Jornal A União*, 05 abr. 1933, p.3).

As feministas eram retratadas como horrorosas, revoltadas, fracassadas, inimigas dos homens ou, simplesmente, mulheres que queriam virar homens. A historiadora francesa, Michelle Perrot (2007), afirma que, independentemente da época e do local em que o feminismo foi posto em prática sempre foi recebido como uma prática progressista e desafiadora da sociedade e das ideias tradicionais e conservadoras vigentes. Por manter essa postura desafiadora, o feminismo gera um antifeminismo que combate toda e qualquer ideia de emancipação feminina compreendida como “desestruturar a sociedade”.

Esses obstáculos enraizados na sociedade paraibana pelo discurso dominante sobre o feminismo e o que ele representava, levou as organizadoras da Associação Paraibana a compreenderem que revestir a referida sociedade feminina de “uma feição compatível com as aspirações da maioria local” seria o caminho para a sua aceitação em meio tão indiferente às questões femininas. (Y. Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. *Jornal A União* 11 mar. 1933 p. 8).

Tal compreensão significava compreender as imposições do meio para a concretização do desejo de uma minoria. O que não significava se curvar a uma submissão, mas construir um recurso por meio do qual deslocasse ou subvertesse a relação de dominação que o meio impunha como uma condição necessária, naquele momento, a fim de garantir a fundação Associação Paraibana. E, dessa forma, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino se instalou na Paraíba, na condição de filiada da FBPF, com o propósito de atender a objetivos culturais, e não, de defender os direitos políticos para as mulheres. Porquanto, insistir numa associação declaradamente feminista, com o propósito de investir na luta pelos direitos políticos para as mulheres, barraria qualquer possibilidade de aceitação e desenvolvimento. (CHARTIER, 1995).

Diferentemente das demais filiadas da Federação Brasileira, a Associação Paraibana não se filiou na condição de Federação Estadual, mas de associada filiada, o que implicava menos compromissos com a Federação Brasileira e a não obrigatoriedade de seguir rigorosamente o seu programa. Essa condição foi permitida e aceita pela FBPF, que buscava conquistar cada vez mais associadas com as mais diversas orientações.

Na primeira sessão preparatória dirigida por Alice Monteiro, Ninita, Albertina Correia Lima, Lylia Guedes, Olivina Olívia e Omezina de Azevedo foi informado que a sociedade



feminina a ser instalada na Paraíba seria “mais ou menos nos moldes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino” e com a finalidade de: “1º promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina; 2º Proteger as mães e a infância; 3º Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; 4º Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; 5º Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público” (GUEDES. *Jornal A União*, 06 de fev. de 1933).

A estratégia da diretoria da Associação de revesti-la de uma feição que agradasse ao meio feminino paraibano, no sentido de garantir a adesão de um grande número de associadas e ter o apoio da sociedade para desenvolver suas atividades, mostrou-se eficaz, se considerarmos o elevado número de mulheres que procuraram se matricular nos cursos oferecidos pela Associação.

O trabalho social dedicado aos mais necessitados não foi esquecido pela Associação que, por compreender tal atividade como “uma nobre tarefa que não pode ser esquecida por uma associação feminina abrangendo em seu programa de obras de caridade”, investiu nesse propósito como forma de garantir o respeito e a aceitação da Associação no meio paraibano (GUEDES. *Jornal A União*, 15 mar. 1933, p.8).

Também pensando em atender a moças e viúvas desassistidas da cidade, a Associação Paraibana se propôs a auxiliar moças pobres, para que recebessem certa instrução habilitando-as a conseguir um meio de vida honesto. A sociedade pretendia manter “uma escola para aquelas que, não estando em idade escolar ou que trabalhando para a própria manutenção, não disponham de bastante tempo, como acontece tantas vezes até mesmo com senhoras” que se viam na “contingência de procurar emprego sem competência para exercê-lo”. E, visando qualquer questionamento ou críticas de ordem religiosa ou política, destacou: “A associação manter-se-á inteiramente alheia a qualquer movimento sectarista (sic), conservando cada associada as suas convicções políticas ou religiosas”. (GUEDES. *Jornal A União*, 15 mar. 1933, p. 8).

No entanto, o artigo publicado pelo jornal católico, *A Imprensa*, dias depois da fundação da Associação Paraibana, declarou que as explicações apresentadas não foram suficientes para esclarecer os seus “verdadeiros” propósitos e acalmar os ânimos católicos. Segundo o artigo:

A ‘ASSOCIAÇÃO PELO PROGRESSO FEMININO’, do Rio acaba de fundar em nossa capital uma agremiação congênera. Fundada e dirigida pelo espírito irrequieto da doutora Berta Lutz a A.P.P.F. se torna desde logo suspeita. Quem não conheceu, na República Velha, as proezas divorcistas da escritora Lutz? E, na Nova, a ‘emancipada’ ainda logrou um lugarzinho na Comissão do Ante-Projeto Constitucional. Felizarda em duas Repúblicas... A sucursal que acaba de se inaugurar entre nós, apoiada em nomes respeitáveis de nossa elite social feminina, promete seguir rumos diversos do que norteiam a matriz carioca, dado, segundo



as declarações na fundação, o desinteresse de nosso meio pelas questões feministas. A esperta Lutz sabe por essa forma arrebanhar as nossas incautas patrícias sob o inocente pretexto de ensinar-lhes línguas... Ou a filial da Parahyba é um ramo da grande árvore ‘Pelo Progresso Feminino’ e então aceitará mais cedo ou mais tarde o seu programa de divórcio, pelo menos se não chegar como a ‘confreira’ Maria Lacerda de Moura a defesa teórica e prática do amor livre; ou, então, é uma associação toda diversa, de programa definido, dispensando a orientação da conhecida Berta Lutz. As gentis senhorinhas parahybanas pensem nisso: antes só do que mal acompanhadas. Berta Lutz não é boa companhia... (Jornal *A Imprensa*, 14 mar. 1933, p.2).

A instalação de uma associação feminina sob a possível orientação da principal líder feminista do país não agradou nem um pouco a Igreja Católica na Paraíba. A dúvida quanto aos destinos da recém-instalada sociedade e as influências que ela sofreria da Dra. Bertha Lutz e de seu feminismo “divorcista” e “emancipador” não representavam para a Igreja realmente uma dúvida, mas a imposição de um poder informando que não aprovava a interferência da líder feminista no meio feminino paraibano de maioria católica, como também, não aceitava que uma filial da Federação Brasileira, se dedicasse apenas às questões de ordem cultural e social. Não considerava possível que a filial paraibana pudesse seguir “rumos diversos da matriz carioca”, o clero paraibano considerava o poder de “convencimento” de Bertha Lutz eficaz demais para ser desprezado.

As críticas dirigidas a Maria Lacerda de Moura (considerada uma feminista revoltada), a Bertha Lutz e à sociedade que ela presidia seguiram no sentido de coibir qualquer ação de influência feminista dessas mulheres na direção da Associação Paraibana, as quais, em outros momentos, expressaram sua simpatia pela conquista de direitos para as mulheres, mesmo sendo portadoras de um comportamento, considerado adequado aos padrões morais cristãos da época, e pertencendo a uma elite social respeitável.

A conferência sobre “A mulher e seus direitos em face de nossa legislação”, apresentada por Albertina Correia Lima, na Rádio Clube da Paraíba, em 22 de fevereiro de 1933, dias antes da fundação da APPF, tentou mostrar ao público em geral, e, especificamente, ao público feminino, que a conquista de direitos civis e políticos para as mulheres era legítimo e essencial para a construção de um país civilizado, o que não justificava os preconceitos estabelecidos sobre o assunto.

Durante seu discurso, Albertina argumentou que a conquista de direitos não poderia mais ser compreendida como resultado de um ato de revolta causado pela insatisfação feminina por ter fracassado em não conseguir assumir a condição de mãe e de esposa, como era apresentado por aqueles e aquelas que se colocavam contrários a tais feministas. Afirmava que os direitos, até então, permitidos para as mulheres estavam fundamentados na prepotência masculina



estabelecida há muitos anos, e lutar por direitos não significava lutar contra os homens, mas contra a prepotência que dominava. Reforçou sobre a necessidade de a mulher investir na educação e garantir uma profissão, um espaço na sociedade.

O lar, segundo Albertina, já não era mais o seu único lugar de atuação, visto que a sociedade esperava muito mais da atual mulher, que não se desvirtuava por exercer uma profissão fora do lar ou participar da política. E ao apresentar as experiências de outros países em que a mulher se desenvolveu no trabalho, na economia e na política e contribuiu para o progresso e para a elevação moral do país, buscou dar um caráter moderado e moralmente aceitável ao seu discurso sobre os direitos das mulheres na nova legislação. (LIMA. Jornal *A União*, 22 de fevereiro de 1933, p. 9).

Contudo, os incisivos argumentos apresentados pelo jornal *A Imprensa* foram recebidos com preocupação pela direção da filial paraibana, sobretudo, por compreender que a falta de apoio da Igreja seria um grande obstáculo para o desenvolvimento da Associação pelo Progresso Feminino, haja vista que a maioria de suas associadas era católica. Diante de tal preocupação, Lylia Guedes resolveu escrever a Bertha Lutz, para remeter-lhe suas preocupações e, principalmente, pedir-lhe que informasse sobre a relação entre as demais filiadas e o clero, como apresenta a carta abaixo:

Prezada Dra. Bertha Lutz
Meus cordiais cumprimentos

A carta junta assinada pela diretoria da Associação Parahybana pelo Progresso Feminino, aclamada na noite da instalação, lhe dará uma notícia do que temos feito. Aguardei ansiosa sua resposta, já noticiada na carta da consocia Maria Sabina e como até hoje 3 de abril, nada tenho recebido, resolvi escrever uma notícia somente inspirada nas informações de Alagoas e Recife. Demorei um pouco em enviar-lhe qualquer notícia esperando mandar logo o que publicasse em defeza, mas em vista da demora envio tudo agora. Amanhã sairá o nosso artigo que lhe remetterei. Rogo-lhe a fineza de algumas informações sobre a Federação aí, da maneira como tem sido tratada pelo clero; bem como quais são as outras filiae, além das três mencionadas em sua primeira carta. Na próxima vez lhe farei uma apresentação de todas as senhoras que fazem parte de nossa Diretoria, pois foram indicadas por mim. Com as minhas recomendações a Dra. Carmem e demais consocias continuo, fraternamente. Lylia Guedes. (Carta enviada a Bertha Lutz por Lylia Guedes em 03 de abril de 1933).

As informações enviadas pela Federação Brasileira sobre a relação entre suas filiadas e o clero local, como havia solicitado Lylia Guedes, formaram a linha argumentativa do texto publicado no jornal *A União* em defesa dos questionamentos da Igreja sobre a orientação da sociedade feminina instalada na Paraíba. E mesmo considerando os exemplos de Pernambuco e



de Alagoas numericamente pouco expressivos para convencer a Igreja quanto às práticas “bem comportadas” e sem pretensões políticas da Associação, Lyliá Guedes considerava urgente escrever as suas “patricias” com o propósito de esclarecer que a Associação não era contrária à religião católica nem tinha o objetivo de desenvolver atividades que fossem incompatíveis com a religião que elas professavam.

No intuito de se defender das críticas e dos obstáculos apresentados pelo discurso católico, Lyliá Guedes, assim respondeu:

Sr. Redator: Meus respeitosos cumprimentos. Rogo-vos a mínima gentileza da publicação, em vosso conceituado jornal, do seguinte esclarecimento que desejo às nossas patricias, na qualidade de presidente da Associação Parahybana pelo Progresso Feminino, sociedade recém fundada nessa capital. Logo ao circular a notícia de nossa instalação, algumas associações catholicas eram advertidas pelos seus diretores espirituais de que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com sede no Rio de Janeiro, dirigida pela Dra. Bertha Lutz - sociedade por cuja iniciativa fora fundada a nossa, pregava ideias contrárias ao catolicismo. Ora, a nossa única intenção foi reunir a família parahybana no laço da maior fraternidade, sem impor princípios que viessem ferir melindres religiosos, políticos, ou mesmo regionalista. A associação com as suas setenta e tantas associadas, em grande parte, católicas, conta além da maioria de paraibanas que era de esperar, brasileiras de outros Estados e até estrangeiras, tendo como preocupação exclusiva o engrandecimento da mulher sem imposição ou restrição alguma as suas crenças que serão respeitadas de modo absoluto. Todas somos mulheres e é isto que no momento nos une. (GUEDES. *Jornal A União*, 05 abr. 1933, p.3)

Apesar das explicações apresentadas por Lyliá Guedes, o clero paraibano considerava não haver nenhuma compatibilidade entre o feminismo professado pela Dra. Bertha Lutz e o que a Igreja defendia para as mulheres. Entendia que a Associação Paraibana, como filial da grande corrente feminista do país, era uma entidade que tinha por fim defender princípios contrários ao que pregava a hierarquia. A prática de orientar as associações católicas femininas a se manterem longe de entidades que visavam à emancipação feminina representava o poder doutrinador do discurso católico na formação de um perfil feminino ideal aos seus propósitos, através do próprio elemento feminino.

Tal desaprovação do clero paraibano representou um problema para a direção da Associação que, consciente da influência da Igreja sobre o meio feminino paraibano, temia o fracasso da recém-fundada sociedade. Para evitar que a Associação fosse obrigada a encerrar suas atividades antes mesmo de iniciadas, a Dra. Lyliá Guedes, como presidente da Associação, compreendeu que era urgente a necessidade de defender a sociedade feminina das afirmações apresentadas pelo jornal *A Imprensa*, no sentido de esclarecer a mulher paraibana e também o



clero que tais restrições, não só, não se justificam como eram resultado de uma interpretação apressada por parte dele, já que outras filiadas receberam apoio da Igreja Católica local. Explicou a presidente da Associação:

Apressei-me, pois, em pedir informações às filiais da Federação, da maneira como tinham sido recebidas pela Igreja Catholica e agora que me chega boa documentação sobre o caso, estou habilitada a dizer às minhas distintas consocias e demais patrícias que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, dirigida pela Dra. Bertha Lutz, de cujo programa nos afastamos na parte em que pleiteia direitos para a mulher – pela razão já divulgada pela imprensa, mas que se faz oportuno repetir, de ser a grande maioria de nossas patrícias indiferentes a tais conquistas – foi recebida nos Estados onde fundou filiais, com os maiores aplausos, por parte da Igreja Catholica e em alguns parece até que a Igreja e a Federação comungam o mesmo ideal político. (GUEDES. *Jornal A União*, 05 abr. 1933, p.3)

Apresentar à sociedade paraibana e, principalmente, à mulher paraibana, e aos representantes da Igreja Católica local o perfil católico das representantes da Federação Brasileira e de suas filiadas, seguia o propósito de desconstruir a imagem negativa divulgada, pela imprensa e pelo discurso católico sobre Bertha Lutz e seu feminismo. Um feminismo que, para alcançar os seus objetivos, estava disposto a estabelecer as alianças necessárias, principalmente com o clero, haja vista que a maioria de suas associadas era católica e pretendia permanecer assim. Portanto, era fundamental que essa “aliança” não fosse somente estabelecida, mas também divulgada amplamente.

Os discursos apresentados por Lylia Guedes como argumento em defesa da recém-fundada sociedade feminina buscava, num passado recente, explicações para um presente com uma nova configuração política, em que cada um, movimento feminista e Igreja, pleiteavam direitos, muitas vezes incompatíveis com a futura constituição, alterando, em alguns casos, alianças estabelecidas durante a campanha do voto feminino.

O contexto da fundação da Associação Paraibana era outro - a mulher já havia conquistado o direito de voto, e a luta em defesa dos direitos políticos das mulheres e da conquista de novos direitos parecia ameaçar a instituição católica, que sempre se colocou como responsável pelo papel doutrinador do meio feminino.

O texto da colaboradora da Associação Paraibana, Juanita Machado sobre Bertha Lutz, publicado no jornal *A União*, em 21 de maio de 1933, é representativo das necessidades do contexto e da importância de se abrirem novos espaços e novas possibilidades para conquistar direitos para as mulheres, a partir da desconstrução da imagem negativa atribuída a Bertha Lutz e ao movimento feminista na Paraíba.



Escritora, jornalista e professora do curso de declamação oferecido pela Associação Paraibana, Juanita Machado, define a arte de falar bem como sendo um “fator imensurável das conquistas mais belas e duradouras”. De posse de tal poder, ela apresenta Bertha Lutz, como a mais exemplar figura feminina do país vitimada por injustos preconceitos estabelecidos por céticos e pela cultura machista predominante. Segundo Juanita Machado:

Bertha Lutz

Esse nome é o melhor título para uma síntese de grandeza do ideal feminista. Bertha Lutz foi o general em chefe de exército feminista, no Brasil feminista. Hoje Bertha Lutz é um nome que está consubstanciado com esse ideal de feminismo e esse ideal por sua vez consubstanciou-se com o verbo ser. Ela é a gonfaloneira do ideal que se concretizou em beneficância, sob as bênçãos de Deus doadas no gesto icástico do alevantado espírito do cardeal D. Sebastião Leme, e sob as bênçãos da mulher redimida do passado, para um presente mais positivo e livre das insidias da fome e do abandono. Hoje essa figura é uma iluminação de vitórias. Aquele T do seu nome, que o impede de ser “luz” é um símbolo: significava até agora a trave onde se seguravam as feministas, contra a má fé de uns e a ignorância de outros, hoje essa “trave” se fez driça por onde sobe e se hasteia a bandeira do triunfo... Essa Joana d’Arc do feminismo esteve muito tempo de pé (sempre sobranceira), diante de um tribunal de escribas e fariseus, hoje recebeu permissão para sentar-se e deram-lhe um trono, o eminente apóstolo estendeu um pátio e sua voz disse palavras de paz e de benção, palavras previdentes de pastor, que chama a si o grande e belo rebanho, do qual Bertha era a guiadora. A sua resistência foi de heroína de fé absterá e firme, como a montanha, que essa fé removeu. (MACHADO. *Jornal A União*, 21 mai de 1933, p.8).

Visando desconstruir as críticas contra Bertha Lutz e o movimento feminista por ela organizado, Juanita Machado se apropria de elementos discursivos que fundamentavam as críticas sobre a emancipação feminina e que marcavam a dominação masculina com o objetivo de fundamentar um discurso favorável a então condenada emancipação. Nesse sentido, a articulista imprime na figura de Bertha Lutz características dotadas de coragem e feminilidade. A heroína de fé inabalável, capaz de superar todos os obstáculos e críticas em defesa de um ideal incompreendido.

Constrói um discurso com o recurso permitido pelas estruturas dominantes para deslocar ou subverter a relação de dominação em defesa de seus próprios fins, utilizando elementos do discurso de representantes da sociedade, do Estado e da Igreja para o processo de desconstrução da imagem negativa elaborada para o feminismo e para sua líder. Estabelece, portanto, “uma tática que mobiliza para seus próprios fins, uma representação imposta – aceita, mas que se volta contra a ordem que a produziu”. Portanto, marca uma resistência em relação à ação dominadora



dos discursos negativos sobre a conquista dos direitos das mulheres, organizados, principalmente, pela escrita masculina (CHARTIER, 1995, 41).

As definições atribuídas à Bertha Lutz eram características de mulheres com aceitação por toda a sociedade. Ao defini-la como “a gonfaloneira do ideal que se concretizou em beneficência, sob as bênçãos de Deus doadas no gesto icástico do alevantado espírito do cardeal, D. Sebastião Leme”, e que na época configurava a “mulher redimida do passado, para um presente mais positivo e livre das insidias da fome e do abandono”, Juanita traz para o discurso uma representação imposta pelo discurso masculino, no sentido de construir um recurso permitido com a finalidade de deslocar ou subverter a relação de dominação. (MACHADO. *Jornal A União*, 21 maio de 1933, p.8).

A representação de heroína, de fé inabalável, persistente e seguidora de seus propósitos, imprimida a líder feminista, assumiu o objetivo de apresentar às mulheres paraibanas e a toda a sociedade que a Associação recém-fundada, tinha como representante nacional, uma mulher que só deveria inspirar respeito e confiança, não justificando as acusações e as inquietações auferidas sobre o seu nome.

A fundação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino deveria ser compreendida, portanto, como um instrumento de esperança e de elevação para a mulher paraibana. Procurava-se dissociar qualquer imagem que levasse a uma compreensão negativa da Associação

As críticas dirigidas à Associação foram, então, apresentadas por Juanita como resultado de uma cultura patriarcal marcada por preconceitos machistas e contrários ao desenvolvimento feminino na sociedade. Portanto, eram injustas todas as palavras de condenação dirigidas à Associação e à sua direção.

Ao imprimir um caráter cultural e não político, a APPF não só garantiu sua instalação na tradicional e católica capital paraibana, como também permitiu o desenvolvimento de suas atividades por algumas décadas. A configuração de imagem feminina e não feminista também foi importante para conquistar o apoio de setores e de pessoas importantes da sociedade.

O fato de o meio paraibano não possibilitar uma atuação feminina mais efetiva na sociedade paraibana, em defesa dos direitos das mulheres, como afirmaram as presidentes da Associação, colocou suas práticas e discursos dentro do limite do “adequado” e “aceitável”. A defesa do trabalho e da educação feminina se mostrou possível por representar reivindicações importantes tanto para o projeto de modernização e progresso desenvolvido pelo Estado quanto por assumir um caráter moral cristão, ou seja, o trabalho, como uma segurança para a família, e a educação, como uma necessidade feminina da atual sociedade moderna.



Referências:

Bibliográficas:

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. Terceira época: 1930-1964. Petrópolis- RJ: Vozes, 2008 – (Coleção História Geral da Igreja na América Latina).

BEOZZO, José Oscar. "Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização". IN: BORIS, Fausto (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, v.4, 1986. Edgar Carone. **Brasil: Anos de Crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Simone da Silva. **Mulheres em defesa da ordem**: um estudo do Núcleo Noelista da Paraíba – 1930-1940. Teresina – PI, Editora Cancioneiro, 2023.

COSTA, Simone da Silva. **FEMINISMO E IGREJA CATÓLICA**: uma análise sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba (1910-40). Recife-PE, 2015. (Tese de Doutorado).

FEBVRE, L. **Martin Lutero**: Um destino (1956). México/B: Aires.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTANA, Martha Falcão de Carvalho e Moraes. **Estrutura de Poder e Intervenção Estatal – Paraíba 1930-1940**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital (orgs.). **Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Periódicos:

ALMEIDA, José Américo de. Escola Remington. Jornal **A União**, 24 nov. 1927.

BATISTA. Luís. Considerações sobre o feminismo. Jornal **A União**, 05 abr. 1933, p.3.

CALDAS, Analice. Jornal **O Educador**, 16 jun. 1922. p. 1.

GUEDES, Lylia. Jornal **A União**, 25 ago. 1922.



_____. A APPF. Jornal **A União**, 06 de fev. de 1933.

_____. Jornal **A União**, 15 mar. 1933, p.8.

LIMA, Albertina Correia. A mulher e seus direitos em face de nossa legislação. Jornal **A União**, 22 de fevereiro de 1933, p. 9.

MACHADO, Juanita. Bertha Lutz. Jornal **A União**, 21 mai de 1933, p.8.

TABOSA. A Vida Mundana. Jornal **A Imprensa**, 22 dez 1920, p. 1.

Y. Associação Paraibana pelo Progresso Feminino: sua instalação hoje. Jornal **A União** 11 mar. 1933 p. 8.

Sem autor. A 'ASSOCIAÇÃO PELO PROGRESSO FEMININO'. Jornal **A Imprensa**, 14 mar. 1933, p.2.

Cartas:

Carta de Lylia Guedes à Bertha Lutz em 22 de janeiro de 1933.

Carta enviada a Bertha Lutz por Lylia Guedes em 03 de abril de 1933.

